

As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento

Mauro Luis Iasi

São Paulo, Expressão Popular, 2006, 592 p.

PAULO HENRIQUE MARTINEZ¹

Um livro generoso e crítico. Essas são características dominantes na tese de doutorado de Mauro Luis Iasi, defendida na Universidade de São Paulo e disponível aos leitores em edição já disputada. Um livro generoso intelectualmente, aberto, metuculoso, arguto. Um livro crítico politicamente, inquieto, inconformado, duro e claro.

Dividido em duas partes desiguais, as quase seiscentas páginas dedicam incansável esforço à análise e ao debate de duas questões: uma teórica, em torno da consciência de classe, abrangendo mais da metade do volume; outra, menor, histórica, voltada para o estudo de caso de uma classe e um de seus partidos políticos, o PT. Aqui, tempo e espaço da pesquisa e da reflexão estão definidos de antemão: o Brasil das décadas de 1980 e 1990, até a vitória eleitoral de Lula, em 2002.

O governo Lula não foi e não é uma traição aos ideais socialistas, doutrinários ou não. Mauro Iasi sabe disso. As tais diatribes governamentais foram práticas correntes nas administrações do PT e de seus aliados históricos ou ocasionais desde cedo, muito cedo. O Brasil mudou, o PT mudou, e Lula mudou com eles, assim dizia a canção. A luta de classes não cabe em uma garrafa térmica política. E isso está bem documentado pois o autor examinou, com exaustão e rigor in-

¹ Professor no Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Unesp.

vejáveis, a fartura de informações e de experiências contidas nos depoimentos de militantes e dirigentes partidários, sindicais e do movimento social, além das áridas e emblemáticas resoluções emanadas dos encontros e congressos do PT, palcos de conflitos e de disputas intrapartidárias.

A insatisfação que dominou corações e mentes dos socialistas, em sentido amplo, diante do governo Lula, tem origem em difusas expectativas de mudanças que contrariavam a atuação parlamentar e política dos petistas, consagradas em declarações de seus dirigentes, líderes na Câmara e no Senado, nas comissões temáticas do Legislativo, nos diretórios, nas tais resoluções políticas e demais documentos eleitorais do PT. Os rumos do PT não surpreenderam ninguém, pois estavam proclamados nos documentos partidários, examinados com vigor nesta pesquisa. Muitas decepções foram alimentadas por ansiedade e informação desatualizada de militantes e eleitores. Há outra fonte de insatisfação, mais orgânica e abrangente. Militantes, correntes políticas, dirigentes, governantes e parlamentares que, vencidos nos debates internos no partido, viram-se na contraditória situação de defender ou criticar, aberta ou dissimuladamente, as “realizações” do governo Lula. Essa situação era por si só insustentável, e ficou tanto pior quanto mais se aproximavam as eleições legislativas. Várias defecções na filiação partidária e parlamentar foram movidas sob o risco de desaparecimento eleitoral e ideológico da cena política nacional, agora sob a égide do Partido dos Trabalhadores. O restante dessa história é conhecido e vivemos sob o impacto de seus acontecimentos recentes. São temas para pensar a partir da leitura de *As metamorfoses da consciência de classe*. Há outros tópicos, teóricos e históricos. O convite é tentador e deve ser aproveitado pelos aficionados da política, da história e do marxismo.

O aspecto mais instigante é que o livro de Mauro Iasi nos remete à busca de respostas para uma pergunta um tanto recorrente. É possível, desejável e necessário acalentar o socialismo nos dias de hoje? O socialismo que, para o PT, declaradamente, foi algo que nunca existiu. É preciso recordar que esse partido nasceu rejeitando o socialismo então existente, sino-soviético, e também as experiências da social-democracia, como vias de negação do capitalismo no Brasil? Aceitemos que a resposta seja sim, e que devemos acalentar o socialismo como projeto político. Como fazê-lo nos dias de hoje e, sobretudo, no pós-Lula, que já se avizinha? Afinal, a história, atualmente mais do que a luta, continua.

Na era da “sociedade aberta” e dos “projetos frios” da democracia e da economia de mercado, em que as pessoas podem ou deveriam acreditar? Essa pergunta inquieta também o pensamento liberal, nas palavras de um dos seus próceres mais refinados, Ralf Dahrendorf, em *Após 1989*. Como os indivíduos e, vá lá, esta ou aquela classe, poderão acreditar e confiar em algo tão vago e, historicamente, até pejorativo, e racionalmente abstrato: o socialismo? Emerge, assim, o desafio de dar-lhe conteúdo material e espiritual, ideológico concreto. Para revigorar o socialismo não bastam sentenças miraculosas, do tipo “levanta-te e anda!”.

O pós-Lula demandará imaginação e criatividade política. No âmbito do PT haverá quem aguarde o momento para a sua reinvenção, fundação, conversão ou coisa parecida. Talvez isso seja possível. E talvez o seja somente sem a sombra do ex-sindicalista, o que pode significar até mesmo o tempo para seu afastamento completo da vida política. Fora do PT, o futuro ex-presidente, mesmo com terceiro mandato, assombra, mas não tolhe, nem da mesma forma, as tarefas dos interessados no revigoramento político e ideológico do socialismo. Um desafio comum, caminhos e tempos distintos para as diferentes correntes e partidos que reivindicam o socialismo e seus congêneres.

As fragilidades existentes no centro do capitalismo são potencialmente transformadoras na periferia, sugeria Florestan Fernandes. Se a sociedade civil é o ponto frágil no tripé da “sociedade aberta” em construção de que nos falava Dahrendorf, no Brasil, essa debilidade é tanto maior quanto mais robusta é a economia de mercado e franzino é o estado de direito e a democracia. O debate sobre o socialismo e a ação dos diferentes adeptos dessa corrente pode contribuir na promoção e no fortalecimento da nossa sociedade civil, historicamente “incivilizada”, como gostava de lembrar o mesmo Florestan. Para esse sociólogo brasileiro, uma revolução democrática, perseguida desde a década de 1980 e defendida no livro *Que tipo de República?*, hoje sabidamente frustrada e solapada pelo neoliberalismo, fatalmente abriria canais para mudanças sociais mais profundas e duradouras, dado o grau de concentração de renda, cultura e poder em nossa sociedade. A valorização social de negros, pobres e jovens, de trabalhadores, mulheres e estudantes, na propaganda e na ação política de um partido em busca do socialismo, criando novos valores morais e sociais, contrapostos ao individualismo e ao egoísmo, são tarefas que permanecem em aberto nos dias de hoje.

No pós-Lula, a agenda política da revolução democrática encontrará na efetivação da “função social de propriedade”, inscrita na Constituição de 1988, na conquista de igualdade social aos negros, indígenas e seus descendentes, na qualidade do ensino público, na garantia da seguridade social, serviços de saúde e aposentadoria, na geração de emprego e renda a partir do aporte de ciência e tecnologia que mobilizem o potencial da diversidade cultural e regional e da biodiversidade existentes no país, em iniciativas solidárias e cooperativas, uma pauta de debate e de ação social. Essa agenda é capaz de estimular condutas e iniciativas em torno de interesses da maioria da população brasileira, distintas do consumismo, do hedonismo e do individualismo crescentes. Será ela suficiente também para transpor o assistencialismo público?

A revolução democrática permite expor conflitos e criar identidades políticas novas, e sua força irá ditar o alcance das mudanças sociais induzidas por um projeto político que pode ser denominado socialista em suas variadas e diferentes acepções. Se na Europa de Dahrendorf a promoção da civilidade constitui uma necessidade para a salvaguarda da ordem liberal, no Brasil de Florestan Fernandes a “civilização” da nossa sociedade civil implicaria a ruptura de diques que represam

as transformações sociais, há muito comprimidos e escorados em práticas estatais e ideológicas de contenção marcadas pela violência, ordenamentos ditatoriais, conciliação e manipulação política do populismo ao eleitoralismo.

Nesse consentimento aparente reside uma prática política de negação da ordem burguesa vigente no Brasil em seu terreno cultural. Nessa encruzilhada encontraram-se destinos como o de Florestan Fernandes e o do PT, que, a partir daqui, caminharam juntos até o esfriamento desse namoro político pela morte biológica do primeiro e a anemia ideológica do segundo, ambas datadas de 1995. As ilusões eleitorais de um partido e as flores no túmulo de um pensador marxista não são suficientes para despertar novas metamorfoses na consciência das classes sociais. Esta será forjada no movimento histórico da sociedade brasileira. Quais de suas feições serão preponderantes no futuro, as incivilizadas, mais uma vez? Aos analistas e estudiosos do Brasil contemporâneo compete apreender em profundidade esse movimento, com rigor e inteligência explicativa. O livro de Mauro Iasi nos coloca diante desse desafio e do seu enfrentamento, bem-sucedido, pelo pensamento crítico, original e perseverante, desse autor.

Uma última observação. Tanto Ralf Dahrendorf, quanto o livro *Que tipo de República?*, não figuram na bibliografia de Mauro Luis Iasi. Se a eles recorri, não foi para apontar insuficiências ou pecados intelectuais nem para introduzir acréscimos pessoais. Convoquei-os, antes, para encarar as inquietações que *As metamorfoses da consciência de classe* despertaram em minhas aspirações políticas e convicções intelectuais. Esse incômodo salutar resulta, sempre, do contato com reflexões instigantes e precisas. E são estas que dão o tom nos capítulos desse alentado volume.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Resenha de: IASI, Mauro Luis. As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo, Expressão Popular, 2006, 592 p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.27, 2008, p.187-190.

Palavras-chave: Consciência de classe; Partidos dos trabalhadores; Brasil.